

Cruesp insiste em 0,75% na data-base

Fórum indica discussão de greve na USP, Unesp, Unicamp e Ceeteps

No início da terceira rodada de negociação com o Cruesp, em 25/5, na Reitoria da USP, o Fórum das Seis registrou aos reitores a não aceitação, por todas as Assembléias de docentes e funcionários da USP, Unesp, Unicamp e Ceeteps, da proposta apresentada na reunião anterior, em especial do índice de 0,75% na data-base. Registrou-se também a necessidade de envolvimento efetivo do Cruesp na busca de mais recursos para as universidades, e de providências efetivas para suspender o desconto da habitação antes do cálculo dos repasses às universidades; e advertiu-se que os 10% do ICMS (que constam de documento entregue pelo Cruesp ao governo) não dão conta das necessidades urgentes do financiamento do ensino superior público no Estado de São Paulo.

A reação dos reitores frente à ação na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2007) foi anunciar a disposição de discutir eventuais providências conjuntas com o Fórum das Seis, sendo que este item constará da pauta da próxima reunião com o Cruesp, 1/6 (5ª feira), às 14h30, na Reitoria da USP.

Em relação aos salários, a reunião foi suspensa para dis-

cussão dos reitores que, depois de cerca de uma hora, voltaram com progresso muito modesto na proposta anterior: mantinham 0,75% de reajuste em maio/06, adiantavam para setembro/06 a possível concessão de outros 1,79%, dependendo da evolução da arrecadação, e substituíam por R\$ 40,6 bilhões, os R\$ 40,9 bilhões originalmente exigidos para retroagir o eventual reajuste de setembro a maio de 2006.

O arrocho de salários não pode ser utilizado para financiar o funcionamento das universidades! E foi com espanto que ouvimos os negociadores do Cruesp declararem que, no ano de 2006, nossos salários já tiveram crescimento real, quando estimados com base no índice Fipe. Ocorre que eles incluíram nesta conta o reajuste de 2,8% de janeiro/06, que apenas completava o índice de 7,94%, que deveríamos ter recebido em maio/05!

Era evidente há muito tempo que dificuldades para sustentação adequada do sistema universitário estadual paulista iriam aflorar, sendo que as providências estratégicas essenciais não foram tomadas pelo Cruesp. É importante frisar que o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas precisa ser encarado como uma instituição que deve ter responsabilidade pelo

resultado histórico de suas ações. O processo de maturação e consolidação de universidades jovens exige aumento de investimento, ainda mais quando o Governo do Estado mantém uma política perversa de misturar contas como a Educação, a Habitação e a Previdência, tirando de uma para suprir outras. O Fórum das Seis tem constantemente insistido na necessidade de aumentar as dotações das universidades estaduais, de modo a manter a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, inclusive a necessária e urgente expansão do ensino superior público paulista. Além disso, é premente construir políticas estáveis e significativas de permanência estudantil, pois o direito à gratuidade do ensino público está, necessariamente, associado à garantia do exercício efetivo deste direito. Na realidade, os cerca de 3,5% do PIB paulista investidos em Educação em todos níveis correspondem a uma cassação do direito à Educação.

Quando foi que assistimos a reitorias e administrações centrais das Universidades Estaduais, inclusive seus Conselhos Superiores, defendendo a Educação Básica pública? Será que se tem notícia desses mesmos organismos denunciando a sonegação e a corrupção fiscal ou discutindo, pelos meios

ao seu dispor, a evasão fiscal consentida? Será que Universidades Públicas, sustentadas por um imposto não distributivo como o ICMS (quem mais paga proporcionalmente a seu salário é justamente quem é mais oprimido), não têm a obrigação social de assumir um papel crítico diante disto? Seria expectativa descabida que as reitorias das universidades fossem representantes perante o Governo do Estado e não o contrário? O desconto indevido da habitação é um exemplo, pois corresponde a uma diminuição de 1,8% a 2% ao ano da receita fiscal das universidades estaduais. O Cruesp enviou, há cerca de um ano, ofício à Secretaria da Fazenda indagando as bases legais para tal desconto; jamais obteve resposta. Para surpresa do Fórum das Seis, o Reitor da Unesp, até há pouco presidente do Cruesp, comentou na negociação de 17/5 que o Cruesp havia esquecido de mencionar o assunto em audiência realizada recentemente com o Secretário da Fazenda!

Reitores são passageiros, em dois sentidos: no tempo e numa instituição cujo trabalho vital é realizado por docentes, estudantes e funcionários. É imperioso, portanto, ter mais atenção com o permanente, cuidando para que se possa continuar a construir

universidades de respeito no Brasil e no exterior.

O Cruesp utiliza somente o índice Fipe para estimar salário real. Insistimos que temos argumentos técnicos que mostram a inadequação deste índice para estimar salários reais. Os resultados são simplesmente contrafactuais. Ou será que alguém acredita que nosso salário real hoje tem poder de compra maior que o de 1989? Só, eventualmente, a Velhinha de Taubaté... (lembra-se do Luiz Fernando Veríssimo?)

Esta data-base traz consigo responsabilidades importantes. Não podemos cometer o mesmo erro que os Reitores: sem o combate por propostas estratégicas, sem a capacidade de mobilização e de ações táticas, estaremos contribuindo para o aprofundamento dos graves problemas que hoje vivenciamos. Para quem preza uma universidade crítica, com ensino, pesquisa e extensão de qualidade, está claro que não há soluções individuais para estes problemas.

Só nossa organização e atuação coletiva, ainda mais em ano eleitoral, poderão fazer frente, de forma efetiva, ao ataque sistemático a que estão submetidos os direitos sociais fundamentais como a Educação e a Saúde públicas.

Assembléia Geral da AduSP

30 de maio (terça-feira), às 17h, Aud. Abrahão de Moraes (IF)

• Campanha Salarial • Indicativo de greve

Carta aos deputados por mais verbas na LDO 2007

Mensagem do Fórum das Seis fundamenta as reivindicações e apresenta emendas

O Fórum das Seis, que congrega as entidades representativas de professores e funcionários da USP, da Unesp, da Unicamp e do Centro “Paula Souza”, bem como os Diretórios Centrais de Estudantes da USP (DCE-Livre da USP) e da Unicamp (DCE-Unicamp), com longa tradição de luta em defesa da Educação Pública e Gratuita, estarão presentes na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), levando, ao mesmo tempo e em um só movimento, sua determinação de luta e sua disposição de diálogo e negociação por aumento de investimento do Estado na Educação Pública, propondo emendas ao texto de LDO 2007 do Executivo, para as quais solicitamos o apoio efetivo de V. Sa.

Mencionamos a seguir alguns problemas muito graves, não apenas mas sobretudo relacionados a questões orçamentárias, que têm assolado os serviços públicos essenciais no Estado de São Paulo, que dizem respeito a direitos sociais, como a Educação e a Saúde públicas:

1. O Decreto nº 48.034 (de 19/08/2003), que isenta o Estado, suas autarquias e fundações do pagamento de ICMS — baixado pelo Executivo sem discussão pelo Legislativo, violando o pacto republicano e o arcabouço jurídico vigente —, tem ocasionado uma perda estimada de cerca de 4% da receita, sacrificando todas as verbas vinculadas, em particular as da Educação. Ademais, como esta medida não se aplica aos municípios, estes também estão sendo sacrificados, já que parte importante de suas receitas advém da transferência de 25% do total do ICMS arrecadado no Estado.

2. Tem havido uma mistu-

ra irregular de contas, feita de forma planejada e efetiva pelo Executivo. A posição que o Fórum das Seis tem tradicionalmente defendido deve ficar absolutamente clara: Educação, Saúde, Previdência e Habitação, entre outros, são direitos sociais e, conseqüentemente, são obrigações do Estado. Portanto, é inaceitável utilizar a redução do investimento na Educação e na Saúde ativas ou o arrocho de salários para financiar a Previdência e a Habitação, só para citar dois exemplos concretos do que vem ocorrendo ao longo dos anos no Estado de São Paulo.

3. Não tem havido providências concretas — por parte de nenhum dos Poderes — para combater a sonegação e a corrupção fiscal, ao mesmo tempo em que a sociedade é submetida a um aumento gradativo da evasão fiscal consentida pelo Executivo.

4. Argumentamos que o Legislativo tem também responsabilidade e poder para reverter tais políticas anti-sociais, que provocam a degeneração dos serviços públicos essenciais, atuando em defesa do atendimento, pelo Estado, dos direitos sociais inalienáveis de toda a população paulista.

5. Na Educação Pública — sobretudo nos Ensinos Fundamental e Médio — constatamos classes super-lotadas, professores e funcionários com salários arrochados e condições precárias de vida e trabalho, ausência quase total de bibliotecas e laboratórios. Ou seja, condições estas que aprofundam o já contumaz descumprimento do direito inalienável à Educação pública de boa qualidade, uma das principais fontes do exercício efetivo



Estudantes realizam assembleia no prédio da Alesp, durante a mobilização de 2005

da cidadania. Além disso, o pagamento dos aposentados tem sido feito com parte da verba da Educação ativa, que, como já mencionamos anteriormente, é uma prática anti-social inaceitável.

Diante disso, consideramos urgente aumentar a destinação de recursos para a Educação Pública em geral, propondo e defendendo a aprovação de emenda à LDO 2007 que garanta, no mínimo, 33% da receita total de impostos, aí incluídas as transferências de outras esferas, para a Educação Pública em todos os níveis no Estado de São Paulo.

6. No Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”, professores e funcionários tiveram seus salários arrochados na última década, ao mesmo tempo em que foi realizada uma expansão com finalidades no mínimo questionáveis, pois não provida do necessário investimento de recursos. A principal conseqüência desta política irresponsável é o paulatino sucateamento de uma instituição fundamen-

tal para a educação e para o desenvolvimento tecnológico paulista e brasileiro. Para iniciar a reversão desta tendência, apresentamos emenda à LDO, registrando a necessidade de vinculação de recursos para o Centro “Paula Souza”.

O Fórum das Seis considera essencial e urgente a vinculação de recursos para a Educação Tecnológica no Estado, por este motivo propõe e defende a aprovação de emenda aditiva à LDO 2007 para garantir 2,1 % do ICMS – Quota parte do Estado (QPE), mais o montante de recursos oriundos da compensação pela desoneração das exportações, energia elétrica e bens ativos (Lei Kandir), para o Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”.

7. Nas universidades estaduais, permanece o desconto irregular da habitação antes do cálculo do repasse determinado pela Lei Orçamentária/2006 (LO 2006), a falta de contribuição da Secretaria da Saúde para a manutenção dos Hospitais Universitários (HU) e a inclusão dos aposentados na verba que deve ser destinada à educação ativa. A política adotada pelo Executivo de redução do investimento nos direitos sociais ficou ainda mais cristalina no momento em que este enviou sua proposta de Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo (São Paulo Previdência – SP-PREV), que inclui um artigo cujo conteúdo retira dos já modestos 9,57% (com todos

Tabela 1

Universidade Estadual	% do ICMS-QPE
USP	0,180%
Unesp	0,130%
Unicamp	0,022%
Total	0,332%

Fonte: CRUESP, 2006.

Resumo das propostas do Fórum das Seis à LDO 2007

I. Quanto aos recursos para a Educação em geral, propomos a seguinte emenda aditiva ao texto proposto pelo Executivo:

Artigo ? – O Estado aplicará, em 2007, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, no mínimo, trinta e três por cento (33%) da receita resultante de impostos, incluindo recursos provenientes de transferências.

II. Quanto aos recursos para as universidades estaduais, propomos a seguinte emenda de modificação ao artigo 4º do texto proposto pelo Executivo:

Artigo 4º. Os valores dos orçamentos das Universidades Estaduais serão fixados na proposta orçamentária

do Estado para 2007, devendo as liberações mensais dos recursos do Tesouro respeitar, no mínimo, o percentual global de **11,6% (onze inteiros e seis décimos por cento) do total** da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – Quota Parte do Estado, no mês de referência.

§ 1º – À arrecadação prevista no *caput* deste artigo serão adicionados **11,6% (onze inteiros e seis décimos por cento)** das Transferências Correntes da União, decorrentes da compensação financeira pela desoneração do ICMS das exportações, energia elétrica

e dos bens de ativos fixos, conforme dispõe a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, efetivamente realizada.

Os parágrafos 2º, 3º e 4º da proposta do governo permanecem com a redação original.

III. Quanto aos recursos destinados ao Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”, propomos a seguinte emenda aditiva ao texto proposto pelo Executivo:

Artigo ? - O valor do orçamento do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” será fixado na proposta orçamentária do Estado para 2007, devendo as liberações mensais dos recursos do Tesouro respeitar,

no mínimo, o percentual global de **2,1% (dois inteiros e um décimo por cento) do total** da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – Quota Parte do Estado, no mês de referência.

§ único – À arrecadação prevista no *caput* deste artigo serão adicionados **1% (um inteiro por cento)** das Transferências Correntes da União, decorrentes da compensação financeira pela desoneração do ICMS das exportações, energia elétrica e dos bens de ativos fixos, conforme dispõe a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, efetivamente realizada.

que se refere à manutenção da capacidade já instalada, seja no que se refere à sua necessária expansão.

Finalmente, registramos que as presentes reivindicações inserem-se em um quadro mais amplo, quadro este expresso no Plano Estadual de Educação: Proposta da Sociedade Paulista, em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (PL nº 1.074/2003). Este Plano apresenta diagnósticos, argumentos e propostas, indicando que os cerca de 3,5% do PIB paulista aplicados em Educação nos últimos anos correspondem a uma política de desresponsabilização do Estado para com o direito social à Educação. Mostra, também, a necessidade de investimento crescente até atingir 10% do PIB paulista, que deverá ser mantido ao longo de, pelo menos, uma década, para que possamos efetivamente garantir Educação Pública e Gratuita de boa qualidade, que seja um instrumento concreto e eficaz para o exercício das prerrogativas da cidadania pela maioria da população paulista.

O atendimento dessas reivindicações já históricas do Fórum das Seis corresponderia a uma importante decisão estratégica do Legislativo, que possibilitaria o planejamento e a execução do desenvolvimento da Educação Pública em todos os níveis e modalidades no Estado de São Paulo, que teria reflexos extremamente positivos, não só no próprio Estado como no país.

O Fórum das Seis espera poder contar com o envolvimento efetivo de V. Sa. nesta luta, pois ela é de enorme importância social e econômica para toda a sociedade paulista e brasileira. E, como em 2005, nos manteremos atentos à postura de V. Sa., divulgando amplamente seu posicionamento na definição da LDO 2007 e da LO 2007.

Atenciosamente,

Fórum das Seis

os problemas já mencionados anteriormente) o montante correspondente à folha dos aposentados, transferindo-os para o tal Instituto que o Executivo pretende criar!

Alguns outros dados acerca das universidades estaduais referenciam a proposta de emenda indicada no box acima. Segundo dados do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), os investimentos necessários para manutenção em regime e com qualidade da expansão já realizada na USP, Unesp e Unicamp correspondem a 0,332% do ICMS-QPE (*vide tabela na página ao lado*).

É importante frisar que tais números não incluem as incorporações que têm sido aventadas: Faculdade de Engenharia Química de Lorena (Faenquil), pela USP; Faculdades de Medicina de

São José do Rio Preto e de Marília, pela Unesp; e câmpus de Limeira da Unicamp.

Além disso, é fundamental registrar que os atuais 9,57% do ICMS — como temos insistido há anos — não têm sido suficientes para sustentar a capacidade já instalada das universidades estaduais, ou seja, antes da expansão comentada anteriormente. O processo de maturação e consolidação de universidades exige aumento de investimento para poder garantir a continuidade, com qualidade, das atividades de ensino, pesquisa e extensão. É sempre bom lembrar que o esforço continuado de docentes, funcionários e estudantes da USP, Unesp e Unicamp — apesar do contínuo constrangimento de verbas,

O Fórum das Seis reafirma a reivindicação de 11,6% do ICMS-QPE (incluindo os recursos da Lei Kandir) para as universidades estaduais, pois a emenda de 10% aprovada pelo Legislativo em 2005 é insuficiente

acarretando salários indignos e ausência de políticas de permanência estudantil — tem sido responsável pelo fato de as universidades estaduais paulistas desenvolverem a maior parte da pesquisa realizada no país. Comprometer tal desenvolvimento seria irresponsável e, conseqüentemente, sacrificaria a possibilidade de efetivo desenvolvimento científico, tecnológico e cultural brasileiro.

Por esses motivos, é inadiável aumentar a dotação das univer-

sidades estaduais, tendo como base, no mínimo, a soma dos atuais 9,57% com o total apresentado na Tabela 1 (que as universidades não recebem!), ou seja: 9,902% do ICMS-QPE. Os argumentos apresentados

acima mostram que a emenda de 10% aprovada pelo Legislativo em 2005 é evidentemente insuficiente para dar conta do necessário e urgente aumento do investimento público nas universidades estaduais.

O Fórum das Seis reafirma sua reivindicação de 11,6% do ICMS – QPE (incluindo os recursos provenientes da Lei Kandir) para as universidades estaduais, que permitiriam um planejamento estratégico para garantir a boa qualidade de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, seja no

Recursos escassos e autoritarismo minam educação pública

Debate realizado na Apeoesp sugere saídas para a crise

O principal problema da educação pública, não só no Estado de São Paulo, mas no país todo, reside na escassez de recursos. Porém, não basta destinar mais verbas para o setor se os investimentos não atenderem às reais necessidades de estudantes, funcionários e professores. Para tanto, é preciso haver mais democracia nas instâncias decisórias relacionadas ao ensino, desde os conselhos de escolas até os conselhos estadual e municipais de educação.

Essas foram as principais conclusões da mesa-redonda “A crise da Educação Básica no Estado de São Paulo”, promovida em 18/5 pelo Comitê em Defesa da Escola Pública. O evento foi realizado na sede da Apeoesp, na capital. Cerca de 50 pessoas estiveram presentes.

O debate foi mediado por João Carlos Ribeiro, diretor do DCE-Livre da USP. Integraram a mesa de expositores Carlos Ramiro, da Apeoesp; Cláudio Fonseca, do Sindicato dos Profissionais de Educação no Ensino Municipal (Sipeem); Neusa Santana, do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinteps); Osvaldo Lemos, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes); e Severiano Garcia Neto, do Sindicato dos Supervisores de Ensino do Estado (Apase). Além dessas entidades, também fazem parte do comitê Adusp, Sintusp, APG da USP, Adunifesp, Afuse, Ande, CPP, CRP, e Fórum de EJA-SP.

Severiano ressaltou que o sistema paulista de educação pública é resultado da “luta de nossos antepassados”, proletários que brigavam pela implantação de grupos escolares em suas comunidades, já que “a elite prima por ver os trabalhadores pelas costas”. Não obstante, hoje “atravessamos um período

vergonhoso”, apontou o sindicalista.

Afinal, ainda há “bolsões” cujos habitantes não têm acesso ao ensino público, e este raramente é oferecido em período integral. Embora exista uma iniciativa governamental chamada “escola integral”, Severiano disse que esse nome não corresponde à realidade do programa, ao seu ver, “feito sem preparação”.

Financiamento

Embora seja a unidade da federação mais rica, São Paulo gasta somente 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação, denunciou o professor Carlos Ramiro — percentual menor que o investido por outros Estados. O atual governo, além de não ampliar as verbas para educação, ainda retira recursos do setor, ao conceder isenções fiscais a “grandes corporações”, aponta o professor.

“A crise da educação básica não se restringe ao Estado de São Paulo”, constatou Cláudio Fonseca, citando dados do ensino no Brasil. Em 2000, a escolaridade média dos cidadãos que já deveriam ter concluído o Ensino Fundamental era de 4,9 anos.

“A crise central na educação brasileira é o financiamento”, resumiu Neusa Santana, que relatou o processo de precarização sofrido nos últimos dez anos pelo ensino técnico e tecnológico mantido pelo Centro Paula Souza. Houve a abertura de mais unidades, entre as quais Escolas Técnicas Estaduais (ETEs), porém com base no arrocho salarial. Tal política expansionista é explorada eleitoralmente pelo ex-governador Geraldo Alekmin (PSDB) e seus aliados, aponta a representante do Sinteps.

“Estou mais inclinado a dizer que [a crise na educa-

ção pública] se deve também a como se gasta”, observou Fonseca, complementando o diagnóstico que havia sido feito por Neusa. Ele citou que, apesar de o Brasil investir 4,2% do PIB em educação, mesmo percentual aplicado no setor pela Coreia do Sul, apenas cerca de 30% dos brasileiros acima de 15 anos estão no Ensino Médio, contra 82% da população coreana situada na mesma faixa etária.

Assistencialismo

Fonseca apontou que, desde o final dos anos 1990, há “um enviesamento do papel da escola” pública, na medida em que seu espaço e os recursos destinados a ela vêm sendo usados para políticas assistencialistas. Como exemplo, ele citou a iniciativa do governo Marta Suplicy (2001-05) de incluir na verba destinada à rede municipal de ensino despesas referentes a uniformes e transporte escolar.

“Esperávamos das correntes de esquerda que a escola tivesse uma função transformadora”, que formasse indivíduos questionadores da realidade, criticou Fonseca. Uma escola assistencialista, argumentou ele, “interessa à elite”, a qual, assim, pode “permanecer no poder”. “Nosso país sempre teve um sistema educacional para os dominantes e outro para os dominados”, apontou Osvaldo Lemos. “Os setores dominantes não querem que se invista em educação”, constatou.

Lemos defendeu a implementação do Fundo da Educação Básica (Fundeb), o qual está prestes a ser votado pelo Congresso Nacional. Porém, a professora Lighia Matsushigue, diretora da Adusp, contestou que o Fundeb possa aumentar os recursos para a educação pública. Defendeu que, tal como em

países desenvolvidos, sejam direcionados mais recursos para Educação Infantil, nível de ensino relegado a segundo plano no Brasil, embora tenha importância fundamental na formação do indivíduo.

O professor Ramiro sugeriu que se forme um sistema nacional de ensino, com verbas das três esferas administrativas (federal, estadual e municipal), perspectiva contrária à política de municipalização de unidades da rede estadual de ensino realizada pelo governo tucano, criticada pelo docente. De acordo com ele, o processo de municipalização foi

realizado sem critério algum, resultando em queda da qualidade do ensino oferecido.

O presidente da Apeoesp também acusou o PSDB de autoritarismo, na medida em que, governando o Estado, esse partido implantou vários projetos sem discuti-los com a sociedade. Para tirar a educação da crise, o professor Ramiro salientou a necessidade de uma gestão democrática nas escolas. Além disso, é preciso investir na formação dos professores, os quais deveriam ter planos de carreira e salários melhores para não se submeterem a jornadas duplas.

Nova direção do Andes-SN elege-se com 11 mil votos

Conselho de Representantes da Adusp também é renovado

A Chapa 1 (Andes Autônoma e Democrática) foi eleita com 11.093 votos para dirigir o Andes-SN no biênio 2006-2008. A votação alcançada equivale a 15,82% do colégio eleitoral de 70.110 docentes sindicalizados. O pleito, realizado nos dias 16 e 17/5, contou com a participação de 13.094 votantes (18,67%). Os votos em branco foram 1.284 (1,83%) e os nulos 717 (1,02%).

Na USP, foram às urnas 458 dos 2.856 associados da Adusp: 402 votaram na Chapa 1, 47 em branco e houve 7 nulos. Confira os resultados por unidade em <http://www.adusp.org.br/eleicoes/2006/resultado.html>. A urna da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), na USP Leste, foi impugnada devido à falta de assinaturas na lista de votação.

A Chapa 1 foi encabeçada pelo professor Paulo Rizzo (UFSC), atual 1º vice-presidente nacional do Andes-SN. Fazem parte da diretoria eleita do Andes-SN as diretoras da Adusp Lighia B. H. Matsushigue (Instituto de Física), como 2ª vice-presidente da Regional São Paulo, e Raquel A. Casarotto (Faculdade de Medicina), como 2ª secretária da mesma Regional.

Também em 16 e 17/5 houve eleições para o Conselho de Representantes da Adusp. Docentes de 38 unidades de ensino e pesquisa podiam escolher seus representantes na entidade. Porém, apresentaram-se candidatos para a disputa em apenas 12 delas. Os nomes dos eleitos e suas respectivas votações estão na página eletrônica acima citada.